

DOSSIÊ

Internacionalização das políticas educacionais no marco dos direitos humanos

O multcampo acadêmico

*The academic multifield**El multcampo académico***Darlan Pez Wociechoski^a**
darlanpez@gmail.com**Afrânio Mendes Catani^b**
amcatani@usp.br

RESUMO

O artigo discute a ideia de multcampo acadêmico e detalha as suas escalas nacional e mundial. Alguns conceitos fundamentais são mobilizados de forma a amarrar as elaborações teóricas: a noção de campo, a divisão ternária do campo, os de fora-do-campo, os mercados mundial, nacional e local, a multiterritorialidade, o sistema-mundo e a transfiguração do particular em universal operada pela burocracia universitária. Conclui-se como promissoras as análises de estratégias e representações de agentes do campo acadêmico que venham a detalhar as posições desses agentes nas escalas local, nacional e mundial, e no respectivo universo (dominante/dominado interno ou externo). Assim, é possível desvelar estratégias de cooperação e competição estabelecidas entre agentes em observância a essas múltiplas e sombreadas disposições, como a do tipo capitalista cultural dependente do campo acadêmico brasileiro, que se subordina a um agente estrangeiro visando ascender internamente na sua instituição e na escala nacional.

Palavras-chave: Educação Superior. Política Educacional. Internacionalização. Campos Sociais. Campo Acadêmico.

ABSTRACT

This article examines the concept of academic multifield and its national and global scales. It mobilizes several fundamental concepts to connect theoretical elaborations: the notion of field, the ternary division of the field, the off-field actors, and the global, national, and local markets, alongside multi-territoriality, the world-system, and the transformation of the particular into the universal through university bureaucracy. The analysis of agents' strategies and representations within the academic field is promising, as it aims to detail these agents' positions on local, national, and global scales and their respective contexts - dominant/dominated, internal or external. This approach allows for the unveiling of cooperation strategies and competition among agents, considering these multiple and nuanced dispositions. This is particularly evident in the context of a culturally

^a Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

^b Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.

dependent capitalist field within Brazilian academia, which subordinates itself to foreign agents seeking to ascend both internally within their institutions and on the national scale.

Keywords: Higher Education. Educational Policy. Internationalization. Social Fields. Academic Field.

RESUMEN

El artículo discute la idea de multicampo académico, así como detalla sus escalas nacional y global. Se movilizan algunos conceptos fundamentales para unir la elaboración teórica: la noción de campo, la división ternaria del campo, los de fuera del campo, los mercados 'local, nacional y mundial', la multiterritorialidad, el sistema-mundo y la transfiguración de lo particular en universal, operada por la burocracia universitaria. Se concluye que son prometedores los análisis de estrategias y representaciones de agentes en el ámbito académico que detallen las posiciones de estos agentes a escala local, nacional y global, y en el respectivo universo (dominante/dominado interno o externo). Entonces es posible revelar estrategias de cooperación y competencia que se establecen entre agentes en conformidad con estas múltiples posturas, como el tipo capitalista cultural dependiente del campo académico brasileño, que se subordina a un agente extranjero para ascender internamente en su institución y a escala nacional.

Palabras clave: Educación Superior. Política educacional. Internacionalización. Campo Social. Campo Académico.

Introdução

As escalas espaciais e temporais são comuns à geografia e à história (Rodrigues, 2009). Em políticas educacionais, autores reconhecem as influências internacional, nacional e local em processos de formulação, produção de textos e implementação destas políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994; Mainardes, 2006). Alguns trabalhos sociológicos de Pierre Bourdieu (2014; 2017) permitem depreender escalas dos campos sociais no tocante às competições e cooperações entre agentes acadêmicos em províncias, na capital do país e em nível internacional; sobretudo, nos estudos relacionados à formação dos Estados. Nessa linha, destacam-se artigos que exploram a escala global ou internacional de campos sociais (Lingard; Rawolle; Taylor, 2005; Go, 2008; Azevedo; Catani, 2013; Azevedo, 2015; Azevedo; Catani; Hey, 2017).

Este trabalho, por sua vez, tem o objetivo de discutir a perspectiva multiescalar do campo acadêmico. Em detalhe, segue na linha de discussão dos trabalhos supracitados e avança de modo mais detido na discussão da sobreposição das escalas do campo acadêmico, a partir do cotejo entre alguns textos de Pierre Bourdieu (1983, 1989, 2014, 2017) com as contribuições sobre os mercados de Karl Polanyi (2000) e de multiterritorialidade de Rogério Haesbaert (2003; 2005). Além do mais, vale-se de um pensamento ternário para discutir as relações estabelecidas entre os agentes dominantes e dominados do campo acadêmico e os dominados de "fora-do-campo" (Lahire, 2002). Tal pensamento é igualmente importante para debater a existência de campo acadêmico central, semiperiférico e periférico – no atual sistema-mundo (Wallerstein, 1974).

Ao mesmo tempo, de forma secundária e pontual, este artigo procura desvelar a visão predominantemente competitiva e inerente ao campo acadêmico, com base em Polanyi (2000). Ademais, visa trazer a lume a relação entre campo acadêmico mundial e estruturas históricas de longa duração, ao estabelecer diálogo com textos de Fernand Braudel (1987), de Immanuel

Wallerstein (1974), e de outros autores. De modo igualmente importante, principalmente para um país semiperiférico como o Brasil, o presente texto tem como fito pontuar certas propriedades do sistema-mundo (Wallerstein, 1974) nas configurações do campo acadêmicos em suas distintas escalas – como a divisão em três estratos com pressões de homogeneização de classe e raça, os instrumentos técnicos e ideológicos que operacionalizam as burocracias e sustentam os diferentes tipos de Estados, entre outros aspectos.

Em suma, o argumento principal que fundamenta este trabalho abrange a compreensão da existência de agentes acadêmicos em competições e cooperações simultâneas nas escalas mundial, nacional e local, bem como o entendimento da reprodução social operacionalizada pelas hierarquias de Instituições de Ensino Superior (IES) historicamente espalhadas em um amplo espaço geográfico.

A importância desse argumento reside, principalmente, nas contribuições aos estudos de políticas educacionais que se valem do aporte de Pierre Bourdieu, uma vez que permite contextualizar que as estratégias de agentes acadêmicos e políticos são tomadas no interior de uma estrutura geohistórica de múltiplas escalas. Ao mesmo tempo, é relevante para assinalar que estratégias intelectuais e políticas de agentes brasileiros estão implicadas na posição semiperiférica do país no mundo.

Com efeito, o presente texto estrutura-se em três partes. A primeira trata da ideia de multicampo acadêmico aproximando as contribuições de Polanyi e de Haesbaert à noção de campo acadêmico de Bourdieu. A segunda aborda o campo acadêmico nas escalas nacional e mundial, com base em Bourdieu, Lahire, Wallerstein e outros autores. A terceira parte se reserva às considerações finais.

O multicampo acadêmico

A noção de campo é fundada no intermediário entre dois polos analíticos e em alternativa aos mesmos. Isto é, há, de um lado, os que defendem a compreensão de uma obra exclusivamente através do seu conteúdo e, de outro, os que analisam essa mesma produção cultural desde as suas relações com o macrocosmo social ou econômico. Os campos sociais, por sua vez, seriam universos intermediários, ou seja, microcosmos relativamente autônomos em relação ao espaço social, e obedecem a leis sociais mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004).

Ademais, a “teoria dos campos” foi pensada para analisar as “sociedades diferenciadas” (Lahire, 2017, p. 64). No caso da França, essa diferenciação surgiu com o seu “Estado moderno, [...] o qual se assenta em um corpo de burocratas [...]” (Nogueira, 2017, p. 105). Entende-se ainda que a noção de campo – muito associada ao Estado-Nação – foi construída como uma via intermediária entre dois opostos: de um lado a tradição etnometodológica localista; de outro, os autores que se ocupam de problemas mundiais (Bourdieu, 2014).

Essa associação de uma esfera social com um poder central é ainda maior, pois o sociólogo francês percebeu a existência de uma relação circular causal na qual o Estado produz os campos que geram o Estado, isto é, “a construção do Estado como metacampo, como poder de construção de todos os campos, [passa pela] construção de cada um dos campos” (Bourdieu, 2014, p. 368).

Desde esse ponto de vista, aproxima-se a noção de campo a de mercado nacional de Karl Polanyi, pois na esfera econômica

O Estado contribuiu voluntariamente para estruturar esse espaço que nos aparece como um dado, ao passo que é uma instituição. A gênese de um poder fiscal e de um poder econômico de base fiscal se passa junto com a unificação do espaço econômico e com a criação de um mercado nacional (Bourdieu, 2014, p. 369).

Conforme explicitado pelo autor húngaro, a partir da ação do Estado-territorial o “mercado nacional assumiu o seu lugar ao lado dos mercados local e estrangeiro, às vezes sobrepujando-os em parte” (Polanyi, 2000, p. 87). Dessa análise, interpreta-se que igualmente houve a formação do campo acadêmico ou universitário nacional, mas sem haver a supressão dessas instituições a níveis mundial e local. Além do mais, e em tese, qualquer campo acadêmico ou universitário nacional apresentaria em si a característica competitiva de mercado interno, diferenciando-se em essência dos outros dois tipos. Todavia, “num estágio posterior os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior” (Polanyi, 2000, p. 80), ou seja, a característica competitiva foi espalhada à escala mundial, bem como localmente.

Nesse ínterim, cabe ainda destacar que Karl Polanyi procurou realizar estudos comparados de sociedades “primitivas”, arcaicas e modernas a fim de “salientar enfaticamente as diferenças entre os vários sistemas sociais e econômicos, nomeadamente entre o capitalismo e todas as sociedades que o procederam”, de modo a “realçar a absoluta excepcionalidade da economia de mercado na história da humanidade” (Machado, 2010, p. 73-74). Esse método de estudo permitiu ao autor húngaro diferenciar a “economia no sentido formal” – que se assenta na teoria econômica neoclássica e “tem como objeto da sua análise o indivíduo (‘racional’) isolado que procura maximizar os seus ganhos” – da “economia no sentido substantivo” (Machado, 2010, p. 72), cuja abordagem Polanyi se alinhava, e que

versa sobre as formas institucionais que o processo de satisfação das necessidades humanas reveste nas diferentes sociedades, do passado e do presente, procurando estudar o lugar ocupado pela economia na sociedade. A preocupação é a suficiência, ao invés da eficiência (Machado, 2010, p. 73).

Ainda mais importante para se entender “a grande transformação” da sociedade, são o estabelecimento do padrão de mercado do capitalismo e a ideia de (des)enraizamento do sistema econômico (Polanyi, 2000). Após a Idade Média, com o estabelecimento de tal padrão,

Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico [...] [que] é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis (Polanyi, 2000, p. 77).

Em suma, a economia substantiva, voltada para suficiência, e o enraizamento social do mercado são contribuições de Karl Polanyi (2000) para pensar o campo acadêmico. Ainda mais que Bourdieu se dedicou também ao estudo comparado das economias pré-capitalistas e capitalistas, mas com o acréscimo de ter realizado trabalho de campo e análises “em momentos e em lugares

diferentes (Cabília, Béarn etc.)” (Bourdieu, 1996, p. 158). Igualmente, mas ao seu modo, o autor francês marcou

a vontade de arrancar do economicismo (marxista ou neo-marginalista) as economias pré-capitalistas e setores inteiros das economias ditas capitalistas, que não funcionavam inteiramente de acordo com a lei do interesse como busca da maximização do lucro (monetário) (Bourdieu, 1996, p. 158).

Apesar de Bourdieu marcar a oposição das regras de funcionamento do campo cultural e do campo econômico, ainda existe um paralelismo nessas regras porque, depreende-se que na perspectiva do autor, tratam-se de “economias formais” com vistas à eficiência e a maximizar ganhos, quer sejam econômicos, quer sejam antieconômicos (capital social, capital cultural). Trata-se de uma característica imanente aos campos, uma vez que são constructos mantidos por profissionais especializados com vistas a elevar seus capitais.

Em retrospecto, no cotejo dos conceitos de campo e mercado, assinala-se as percepções de níveis ou escalas e a possibilidade de sobreposição das mesmas. São assuntos comuns à geografia e, especificamente, inseridos no debate das concepções de território, bem como pertinentes para repensar a noção de campo acadêmico e universitário e, por conseguinte, discutir a presente problemática.

Conforme Rogério Haesbaert (2003), há as seguintes visões de território em disputa:

Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado [...]; Cultural(ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o espaço; Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. [...] Natural(ista): utiliza uma noção de território com base nas relações sociedade-natureza (Haesbaert, 2003, p. 12).

Cada uma dessas visões sobre o conceito de território possui suas contribuições e limitações. O autor, por exemplo, aponta que na visão jurídico-política cartográfica há uma “confusão antiga entre território e espaço geográfico, muitas vezes, ainda hoje, utilizados como sinônimos, como se fosse qualquer base material, ‘espacial’, socialmente apropriada, constituísse um território” (Haesbaert, 2003, p. 12).

Entende-se, porém, que a delimitação cartográfica de um território – estabelecida por um poder central e marcada por linhas internas e limítrofes – tem implicações prático-regulatórias, assim como efeitos simbólico-culturais. Em outros termos, os Estados não só forjaram os seus respectivos campos nacionais como ainda estão a colaborar com o funcionamento dos campos mundiais e locais (acadêmico, literário, artístico etc.), e, portanto, a operacionalizar os circuitos de consagração social. Isso seria possível pela hierarquização de produtos e produtores que cruzam distintos mercados/campos.

Tal interpretação não é nova e pode ser depreendida de uma complexa discussão de Bourdieu (2014) sobre a espacialidade das divisões sociais e das suas inter-relações. Nessa perspectiva, o Estado produz hierarquizações no interior do seu território-jurídico-legal e, simultaneamente, participa e atua de forma ativa na escala mundial deste historicamente constituído “mercado

universitário” (Bourdieu, 2017, p. 167). Isso ocorre porque “o Estado se constitui [...] em relação a um duplo contexto: de um lado, em relação a outros Estados atuais ou potenciais [...]; de outro lado, em relação a um contexto interno, a contrapoderes [...]” (Bourdieu, 2014, p. 366).

Em relação à sobreposição dos campos mencionada anteriormente e aos itinerários próprios dos agentes universitários ou acadêmicos, convém acompanhar a ideia de multiterritorialidade, que considera tanto “a dominação (material)” e “a apropriação (simbólica)” dos territórios pelos seus agentes quanto a capacidade dos próprios de formarem redes e jogarem ao mesmo tempo em várias modalidades (Haesbaert, 2005, p. 6783). Dentro dessa concepção, pode-se reconhecer a possibilidade de interações simultâneas entre os agentes individuais ou coletivos de distintos campos nacionais e/ou locais, que podem estabelecer relações de cooperação e/ou de competição entre si.

Com base nessas reflexões, considera-se que as estratégias dos agentes acadêmicos são lançadas em observância às diferentes escalas do seu campo e em atenção ao macrosocial. A próxima seção detalha as propriedades estruturais do campo acadêmico em escala nacional e mundial.

O campo acadêmico mundial e nacional

Para compreender a formação do campo acadêmico ou universitário mundial, recorre-se ao texto de Cunha (2006) sobre a luta pela autonomia universitária ao longo da história, embora o autor discorde da existência de um campo acadêmico nos moldes de Pierre Bourdieu. Primeiramente, o autor ressalta o caráter internacional desse campo; depois, permite interpretar que no interior do espaço social os interesses dos seus agentes, por vezes, poderiam ter se confundido com os da Igreja, do Estado, do Partido e do Mercado, porém, na medida do possível, procuravam se atomizar em relação a essas instituições ou à sociedade em geral, dependendo do grau de autonomia ou da “capacidade de refração” às forças externas ao campo – para utilizar um conceito de Bourdieu (2004). Pode-se, então, assegurar que “a autonomia, mais do que um mito fundador, permanece como um elemento chave na identidade universitária” (Cunha, 2006, p. 18), o que reafirma a existência do campo universitário ou acadêmico, quer através dos conflitos com outros campos ou esferas sociais quer por meio dos armistícios entre eles.

Mais além, alega-se que autonomia e heteronomia são também fenômenos presentes nas relações estabelecidas entre campos acadêmicos nacionais (francês e brasileiro; anglo-americano e brasileiro), haja vista, por exemplo, a “fuga interna de cérebros” repercutida por Xavier Polanco (1986), na qual os intelectuais da periferia seguem as agendas de pesquisadores de países centrais. Tais relações entre os acadêmicos de diferentes partes do mundo já foram discutidas por este e por outros autores (Polanco, 1986; Lafuente; Ortega, 1992). Xavier Polanco, inclusive,

se inspira na noção introduzida por Braudel de *economia-mundo* para nos propor a *ciência-mundo* enquanto ferramenta heurística que permita desmascarar os traços de dominação que configuram as relações entre as comunidades científicas poderosas e aquelas mais frágeis em processo de formação (Lafuente; Ortega, 1992, p. 108 – destaques no original e tradução livre).

Igualmente, inspirado em Braudel (1987), aponta-se que o campo cultural mundial funciona, entre outros aspectos, por meio da manipulação e falseamento do prestígio arbitrado por agentes intermediários. Esses agentes monopolizam o campo e, dessa forma, mantêm o fluxo de capital para si; isto é, o capitalismo cultural é monopólio. Essa dominação se mantém na esfera cultural através da posse da consagração social detida pelas IES e pelos seus agentes, bem como é garantida pelos respectivos e distintos tipos de Estado. Conforme Wallerstein (1974), existem os seguintes tipos de estado: central, semiperiférico e periférico. Nesse cenário, os expressivos ganhos simbólicos estão atrelados aos fluxos estabelecidos através de longos circuitos de consagração, que rompem as fronteiras de diversos países.

Em verdade, o campo cultural – e, em específico, o acadêmico ou universitário em seus diferentes níveis – não está aberto à competição de todos os agentes em seu interior e depende da existência das pessoas “fora-do-campo” (Lahire, 2002). Desse modo, sinaliza-se igualmente para a necessidade de ampliação do escopo de análise para além dos polos dominante e dominado da noção de campo. Esta nova postura implica em uma alteração significativa na forma de ver e trabalhar com essa ferramenta analítica, porque demanda considerar um terceiro polo, assinalando um pensamento ternário.

Desde esses pontos, considera-se, antes, que o próprio Pierre Bourdieu (1989) tenha trazido elementos para essa discussão – por exemplo, quando marcou as frações da nobreza do Estado e a autonomia parcial dos campos. Ao mesmo tempo, conforme o autor, as ações e representações empreendidas pelos agentes na disputa pelo objeto de distinção social são tomadas no limite da manutenção do próprio microssistema – logicamente, em atenção aos agentes de outras partes.

Além das afirmações do próprio Pierre Bourdieu, que tanto aquiescem a inserção neste debate quanto permitem elucidar a existência dos agentes não pertencentes ao campo acadêmico ou universitário, destacam-se as contribuições de Bernard Lahire (2002). O autor reforça que a noção de campo se insere em “uma longa tradição de reflexões sociológicas e antropológicas sobre a diferenciação histórica das atividades ou das funções sociais e sobre a divisão social do trabalho” (Lahire, 2002, p. 48)¹. Ele ainda contesta:

A teoria dos campos empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca [energia] para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos [...] [e], portanto, pouco interesse para a vida fora-do-palco ou fora-do-campo [...] (Lahire, 2002, p. 49-50).

Em resumo, entende-se que o campo universitário é permeado tanto pelas relações estabelecidas entre os agentes dominantes e dominados quanto com os seus participantes indiretos – em geral, mencionados nos discursos de responsabilidade/compromisso social das IES e relacionados aos objetivos defendidos pela extensão universitária. Passar para um pensamento ternário significa conceber que os possíveis embates entre os agentes não são necessariamente diretos. Concorde-se, assim, com Pierre Bourdieu quando aponta que dominantes e dominados

¹ Bourdieu concordou com Durkheim, Weber e Marx na seguinte ‘lei tendencial’: “à medida que as sociedades avançam no tempo, diferenciam-se em universos separados e autônomos” (Bourdieu, 2014, p. 368). Trata-se de um pensamento determinista urbano-industrial europeu predominante no século XIX.

disputam o monopólio da produção cultural legítima no interior do campo cultural e acrescenta-se, ante a este autor e a Bernard Lahire, que os dominados de dentro do campo desempenham um papel ideológico, específico e importante na sua configuração, qual seja, comportando-se como “classe média” (Wallerstein, 1974) transmitem aos excluídos do jogo a legitimidade do campo e a possibilidade de acessá-lo. Essa ação prolonga de certa forma a *illusio* (Bourdieu, 1989) sem torná-los jogadores em um embate direto com os dominantes.

A compreensão desse pensamento ternário pavimenta esta discussão no sentido de aprofundar o detalhamento das hierarquias do campo universitário mundial e seus longos circuitos de consagração social. Esses circuitos, por sua vez, implicam uma divisão social estendida do trabalho intelectual através do espaço geopolítico – campo de poder mundial. Neste caso, a partir do conceito de sistema-mundo (Wallerstein, 1974), formula-se que a produção, reprodução e o consumo de bens simbólicos estão desigualmente distribuídos entre os países. Assim, as posições ou segmentos de maior prestígio do campo cultural mundial estão reservados para alguns países e, conseqüentemente, no mercado interno de cada um deles, para uma cidade principal. Isso porque o fluxo de capital (simbólico) é direcionado para um polo/núcleo central “representado por uma cidade dominante” (Braudel, 1987, p. 53-54) circundada por zonas intermediárias e periféricas, que recebem capitais simbólicos proporcionalmente menores.

Como defendeu Pierre Bourdieu (2014; 2017), a capital de seu país se apresentava dominante ante as províncias e ao mundo: “Paris é um mito nacionalista, mas baseado na realidade: foi em Paris que se fizeram as carreiras de pintores; as revoluções artísticas na Alemanha se faziam por referência a Paris” (Bourdieu, 2014, p. 296). Além dessas observações, soma-se outra interpretação do sociólogo francês que aquiesce, como se verá à frente, as análises mundiais de Immanuel Wallerstein:

A cultura sucede à religião com funções perfeitamente semelhantes: dá aos dominantes a sensação de estarem fundamentados em sua dominação, e isso na escala de uma sociedade nacional, mas também na escala da sociedade mundial, podendo os dominantes ou os colonizadores, por exemplo, em perfeita boa consciência, sentirem-se portadores do universal (Bourdieu, 2014, p. 297)².

Aqui é preciso refazer o movimento de perceber o papel do campo cultural no interior do campo de poder mundial para, com isso, desvelar a função deste campo na reprodução social e econômica do sistema-mundo – e vice-versa. Tal direcionamento procura responder a duas questões levantadas por Wallerstein que provocam também a pensar o campo acadêmico/universitário, quais sejam: “como é politicamente possível que tal sistema persista[?]. Por que a maioria que é explorada simplesmente não oprime a minoria que obtém benefícios desproporcionais?” (Wallerstein, 1974, p. 404 – tradução livre).

Para Wallerstein (1974), existem três mecanismos principais que sustentam o sistema-mundial – ou, para tentar se reaproximar de Bourdieu, o campo de poder mundial –, os quais igualmente permitem caracterizar o campo acadêmico e/ou universitário. O primeiro deles refere-se à concentração de poder bélico detida pelos dominantes (Wallerstein, 1974). Bourdieu vê o exército

² Ver as considerações de Pierre Bourdieu sobre o trabalho de Charles Tilly, “*Coercion, Capital and European States*”, para a descrição da gênese dos Estados europeus, em sua aula *Sobre o Estado* (Bourdieu, 2014).

não só como uma força de coerção militar, mas como “um instrumento de inculcação de modelos culturais, de adestramento” (Bourdieu, 2014, p. 293), pois “as relações de força são relações de comunicação, isto é, que não há antagonismo entre uma visão fisicalista e uma visão semiológica ou simbólica do mundo social” (Bourdieu, 2014, p. 305). Acompanhado deste mecanismo revela-se o segundo: “a penetração de um compromisso ideológico com o sistema como um todo” (Wallerstein, 1974, p. 404 – tradução livre). Ainda sobre o campo cultural,

[...] os que enganam são enganados e enganam tanto melhor quanto mais enganados são; são tanto mais mistificadores quanto mais mistificados. Para jogar o jogo, é necessário acreditar-se na ideologia da criação [...] O que faz o valor [...] é a colusão de todos os agentes do sistema de produção de bens sagrados. Colusão perfeitamente inconsciente decerto. Os circuitos de consagração são tanto mais poderosos quanto mais longos são, mais complexos e mais escondidos, até mesmo aos próprios olhos dos que neles participam e deles beneficiam. [...] Quanto mais complicado é o ciclo de consagração, mais é invisível, mais a estrutura é susceptível de desconhecimento, maior é o efeito de crença (Bourdieu, 2003 [1974], p. 214-215).

O terceiro mecanismo para manutenção do sistema seria “a divisão da maioria em um estrato inferior maior e um estrato médio menor” (Wallerstein, 1974, p. 404 – tradução livre). Nesse ponto, embora não se possa afirmar a existência das mesmas proporções no interior do campo acadêmico ou universitário, vale acompanhar a ideia de que existe um estrato médio – entendido como a fração dominada de dentro do campo – que desempenha uma função política central de manutenção do campo, ou seja, “a existência da terceira categoria significa precisamente que o estrato superior não se defronta com a oposição unificada de todos os outros porque o estrato médio é tanto explorado quanto explorador” (Wallerstein, 1974, p. 405 – tradução livre). Daí permite dizer: quando um não quer, outros dois não brigam. Além do mais, essa estratificação gera “pressões para homogeneização cultural dentro de cada um deles”; a semiperiferia comporta-se como classe média e desnuda-se que “tanto as classes quanto os grupos étnicos, os grupos de status, ou etno-nações são fenômenos das economias mundiais” (Wallerstein, 1974, p. 405 – tradução livre).

Dessa forma, três tipos de agentes do campo universitário estão concentrados em diferentes países. Estariam em disputa (i) aqueles que estão no topo da hierarquia deste campo cultural mundial situado no núcleo central do capitalismo simbólico; (ii) na parte inferior, os jogadores dos países semiperiféricos; e (iii) os de “fora-do-campo”, os dominados da periferia, que não tem capital específico para entrar na disputa. Amiúde, os países que “aceitaram” os termos do jogo imposto pelos dominantes já iniciam derrotados, porque em tal pretensão já está implícita “a inferioridade que se esforça por vencer” (Bourdieu, 2003 [1974], p. 210). Isso decorre ainda, pois

Os dominantes consagram-se às estratégias de conservação, visando assegurar a perpetuação da ordem científica estabelecida com a qual compactuam. [...] Essa ordem engloba também o conjunto das instituições encarregadas de assegurar a produção e a circulação dos bens científicos ao mesmo tempo que a reprodução e a circulação dos produtores (ou reprodutores) e consumidores desses bens, isto é, essencialmente o sistema de ensino, único capaz de assegurar à ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente *habitus* científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito (Bourdieu, 1983, p. 137-138 – destaques no original).

Dessa maneira, no campo cultural mundial também estão distribuídos de forma desigual entre os países os papéis de produção legítima de bens simbólicos e os de reprodução e consumo dos mesmos bens. No topo da hierarquia estariam os agentes dominantes, detentores do monopólio da produção de bens legítimos e que acabam por receber os fluxos de capitais provenientes da reprodução, circulação e consumo cultural no restante do mundo. No lado oposto, estão os agentes dominados de fora-do-campo, que interiorizaram um *habitus* científico de consumidores-reprodutores, pois por estarem desprovidos de capital específico não têm condições mínimas para entrar na disputa. Simultaneamente, os agentes de países semiperiféricos concentram um *habitus* científico misto, que ora os levam a produzir conhecimentos e legitimá-los na contramão da dominação do campo, ora a serem reprodutores-consumidores de conhecimentos providos do Atlântico Norte, ou, ainda, a serem meros adaptadores de conhecimento aos trópicos. Nas palavras de Darcy Ribeiro, são os cavalos-de-santo de autor estrangeiro:

Cavalo-de-santo de Foucault, cavalo-de-santo de Lévi-Strauss – pela boca deles o Lévi-Strauss está falando todo o tempo, não olham para o Brasil. O importante para eles é citar o Poulantzas, ou dizer o que o Poulantzas pensaria. Ou ler *O 18 Brumário* do Marx e a partir dele fazer discursos acadêmicos, às vezes muito inteligentes [...], mas são incapazes de olhar a realidade brasileira [...] (Ribeiro, s.d., n.p).

Em contraponto, dado que “os agentes sociais [...] não são partículas passivas conduzidas pelas forças do campo”, pois possuem “disposições adquiridas [...] que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo” (Bourdieu, 2004, p. 28), sustenta-se, por exemplo, que a pedagogia libertária de Paulo Freire foi uma resposta aos problemas nacionais com uma visão brasileira dos mesmos³. Ademais, essa resposta foi em igual medida estratégia política e intelectual no interior do campo acadêmico nacional e mundial e em contraposição a outros agentes que procuravam investigar questões europeias ou norte-americanas no Brasil (Oliveira, 2006).

Em face desse detalhamento das divisões do trabalho intelectual no interior do campo acadêmico visto até então, julga-se pertinente explorar ainda as propriedades constituintes do Estado (metacampo) e dos próprios campos, pois distintas concepções de educação lançadas por agentes acadêmicos estão historicamente relacionadas a propósitos burocráticos na estruturação da educação superior brasileira e mundial.

Nesse sentido, considerando-se que os campos são produtos e produtores do Estado (Bourdieu, 2014), entende-se que seja necessário levantar como os agentes do setor público e privado operacionalizam o campo acadêmico nacional brasileiro. O enfoque nas questões operacionais decorre de um elemento importante – destacado por Bourdieu com base em Hegel – para a análise de qualquer estratégia política pública educacional: o Estado é uma ficção social não fictícia (Bourdieu, 2014).

Hegel já dizia que a ilusão não é ilusória. Não é porque o oficial nunca é mais que o oficial, não é porque a comissão não é o que quer fazer crer que é, que ela não produz, ainda assim, um

³ O pensamento de Paulo Freire foi fortemente influenciado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Neste aspecto, vide a seção “4.2. A presença do ISEB no ideário de Paulo Freire”, do trabalho de Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira (2006).

efeito, pois apesar de tudo consegue fazer crer que é aquilo que quer fazer crer (Bourdieu, 2014, p. 76).

Dessa forma, a comissão é uma “burocracia” na qual os seus agentes operam a transfiguração do interesse particular em coletivo que, então, se faz crer universal através do emprego de técnicas e ideologias (Tragtenberg, 1977). Além disso, a “comissão” pode ser entendida como um campo onde os seus membros são um restrito número de “agentes particulares portadores de interesses particulares em graus de universalização absolutamente desiguais [...]” (Bourdieu, 2014, p. 85).

Tais membros, “por sua vez, se fizeram como agentes de Estado fazendo o Estado tiveram de fazer o Estado para se fazerem detentores de um poder de Estado” (Bourdieu, 2014, p. 93). Mais além, com base nessa lógica de operação, os agentes de países desenvolvidos se fazem portadores de um poder de Estado-central e, com isso, têm a possibilidade de definir o arbitrário cultural dominante que sustenta, em última instância, esse sistema-mundo, assim como a elite intelectual de países emergentes tem um poder de Estado compatível como o mesmo.

Ademais, com a formação das burocracias distribuídas em distintos lugares do mundo, e em suas diferentes especializações, começou a ocorrer “a construção social dos problemas públicos”, isto é, os agentes principiaram a elaborar “uma nova definição legítima de um problema público” e a propor, como já afirmado anteriormente, “uma nova maneira de fornecer aos cidadãos os meios de satisfazer o que lhes é dado [ou deveria ser dado] como um direito” (Bourdieu, 2014, p. 74). Fenômeno semelhante ocorre na estruturação da educação superior brasileira, em que os agentes acadêmicos e políticos organizam os cursos de graduação e pós-graduação a serem ofertados para um grupo restrito e os cursos e serviços de extensão geralmente destinados ao contingente de pessoas fora-do-campo.

Considerações finais

Os agentes acadêmicos brasileiros influenciam o campo mundial e ao mesmo tempo são influenciados por ele. Em detalhe, o campo nacional ora é explorador, ora é explorado na divisão social do trabalho intelectual mundial, bem como concentra um baixo número de agentes individuais e coletivos dominantes em relação ao de dominados. As classificações de universidades e de pesquisadores⁴, embora com critérios muito questionáveis e utilizações ainda mais discutíveis, expressam a realidade do Brasil: poucos acadêmicos para a escala de sua população e a maioria deles localizada nas prestigiadas e robustas IES da região sudeste – sobretudo na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas.

Nesse sentido, as hierarquizações e concentrações de poder existem desde as disciplinas e faculdades nas universidades, perpassando pelas IES no espaço nacional, até uma escala mundial do campo acadêmico. Com isso, as análises das estratégias e representações dos agentes acadêmicos – que visam ou a conservação da estrutura ou a sua transformação – precisam considerar a posição dos mesmos tanto no respectivo universo (dominante/dominado interno ou externo) quanto nas escalas dele (local/nacional/mundial).

⁴ Vide dois exemplos: Ioannidis, Boyack e Baas (2020) e Times Higher Education (s.d.).

Além disso, as estratégias de cooperação e competição entre agentes podem ser estabelecidas em observância a essas múltiplas e sombreadas disposições. Neste aspecto, por exemplo, um agente do campo acadêmico brasileiro, do tipo capitalista cultural dependente, pode se subordinar a um agente estrangeiro visando ascender internamente na sua instituição e na escala nacional. Ou, em outro caso, um agente pode procurar estabelecer relações com os situados no genérico macrosocial ou, ainda, com campos específicos, como ocorre na extensão universitária brasileira – na concepção crítica em prol da emancipação dos de fora-do-campo e na concepção mercantil alinhada ao campo econômico, respectivamente.

Acompanhando-se o destaque do sociólogo francês, salienta-se que o campo cultural é formado e mantido por meio do estabelecimento de relações antagônicas entre os agentes dominantes e dominados no seu interior, bem como pelos afastamentos e ligações com participantes situados em outros campos específicos, ou não identificados, no macrosocial. Ademais, o campo cultural não será plenamente atomizado e sua autonomia será perenemente relativa em relação aos demais campos e aos de fora-dos-campos, assim como o mercado nunca estará totalmente desenraizado da sociedade (Polanyi, 2000).

A partir das contribuições desses autores da sociologia, considera-se que a participação da comunidade acadêmica (de “fora-do-campo”) nas práticas culturais é tanto transpassada pelo fenômeno da diferenciação e atomização ou desenraizamento dos universos sociais (campo artístico, acadêmico, literário etc.) em relação à sociedade em geral, quanto afetada pelas intrusões da esfera econômica (campo econômico), tal qual as demais esferas da existência humana da sociedade moderna. Em outras palavras, assim como o mercado tenta impor seus valores e atomizar-se em relação à sociedade – mas sem conseguir de forma plena –, o campo cultural também é socialmente enraizado, mesmo que minimamente, bem como é influenciado a produzir, por exemplo, cultura de massa pelo campo econômico. Portanto, sempre haverá alguma participação dos de fora-do-campo no campo cultural e influências de outros campos.

Dessa maneira, destaca-se a premência de romper com o estado de coisas do campo acadêmico brasileiro, qual seja, possuir um polo moderno socialmente distinto de instituições e agentes vinculados à pesquisa altamente qualificados, que estão concentrados nos grandes centros urbanos (conectados com os de outros países). No extremo oposto existe um polo arcaico, ao qual, invariavelmente, destina-se a extensão universitária para um público majoritariamente presente nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil, bem como no intermediário entre os referidos polos estão os dominados do interior do campo, que desempenham o papel de classe média ao impedir o confronto direto com os dominantes e, portanto, estão a colaborar na sustentação da estrutura do campo acadêmico.

Para tentar mudar essa característica apontada, há que se destacar a ampliação das recentes ações políticas de ações afirmativas e de expansão, interiorização e democratização da universidade pública brasileira nos governos petistas. Isso porque, ao que se reafirma as propriedades do sistema-mundo na composição do campo acadêmico (mundial/nacional/local), se reconhece tais ações como interferências no padrão étnico-racial e de classe social predominantes em cada um dos três segmentos de agentes do campo e na dimensão de cada um dos três.

Potencializar a ampliação e democratização da educação superior visaria, em última instância, acabar com a distinção social de alguns poucos agentes por meio da vulgarização irrestrita dos títulos de graduação e pós-graduação (cursos cativos). Tais esforços realizados e imaginados na defesa do direito à educação superior para todos os brasileiros possivelmente possam colaborar, por conseguinte, para o país superar o percentual de graduados e pós-graduados brasileiros em relação ao número dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Brasil, 2023), que estão no núcleo central do capitalismo. E, ao mesmo tempo, assumir as cadeias produtivas (ou parte delas) com uso mais intensivo de conhecimento especializado e, portanto, mais vantajosas na divisão social do trabalho mundial.

Esse ponto de vista é diferente em aspectos normativos do pensamento nacional de desenvolvimento dos agentes que atuavam no pré-64, afinal, algumas revoluções tecnológicas depois, a atual situação do Brasil demanda mais diplomados para gerar e aplicar ciência e tecnologia do que, como anteriormente, alguns poucos profissionais de nível superior para trocar conhecimentos com as massas de operários e camponeses. Isso não significa defender a ideia de capital humano, mas de afirmar que a promoção do dialogismo da pedagogia libertária seria mais conveniente de ser trabalhada no interior das IES abertas a todos.

Além disso, considerando um país semiperiférico com baixo investimento em formação acadêmica e em cultura, ciência e tecnologia, julga-se ser relevante a realização de pesquisas que explorem os tipos de atividades que podem ser encontradas em países centrais, ou em outros em desenvolvimento, desempenhando função e em intensidade similar no sentido de criar harmonia entre os pertencentes aos campos acadêmicos e os forâneos – neste último caso podendo ser, inclusive, agentes externos a um determinado campo universitário nacional.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. *Crítica Educativa*, v. 1, n. 1, p. 56-79, 2015. <https://doi.org/10.22476/revcted.v1i1.24>

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. *Revista Inter-Ação*, v. 38, n. 2, p. 273-291, 2013. <https://doi.org/10.5216/ia.v38i2.26103>

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. Circulação das ideias e internacionalização da Educação Superior: inferências a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Educação*, v. 40, n. 3, p. 296-304, 2017. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28980>

BALL, Stephen. *Education reform: A critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Economia de bens simbólicos. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 155-197.

BOURDIEU, Pierre. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 1-9.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Tradução Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. *Reforming education & changing schools: Case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2022 – Divulgação dos resultados (Apresentação)*. Brasília: INEP, 2023.
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CUNHA, Luiz Antônio. Autonomia universitária: teoria e prática. In: VESSURI, Hebe. *Universidad e investigación científica*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006. p. 13-31.

GO, Julian. Global fields and imperial forms: Field theory and the British and American empires. *Sociological theory*, v. 26, n. 3, p. 201-229, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2008.00326.x>

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...*, São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, n.1, p. 11-24, 2003. <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

IOANNIDIS, John; BOYACK, Kevin; BAAS, Jeroen. Updated science-wide author databases of standardized citation indicators. *PLoS Biology*, v. 18, n. 10, 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3000918>

LAFUENTE, Antonio; ORTEGA, María. Modelos de mundialización de la ciencia. *Arbor*, v. 142, n. 558, p. 93-117, 1992. <http://hdl.handle.net/10261/18062>

LAHIRE, Bernard. Campo (Verbetes). In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200004>

LINGARD, Bob; RAWOLLE, Shaun; TAYLOR, Sandra. Globalizing policy sociology in education: working with Bourdieu. *Journal of Education Policy*, v. 20, n. 6, p. 759-777, 2005. <https://doi.org/10.1080/02680930500238945>

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 47-69, 2006.

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, p. 71-94, 2010.

<https://doi.org/10.4000/rccs.1771>

NOGUEIRA, Maria Alice. Campo cultural (Verbetes). In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (Org.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 103-109.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. *A “Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

POLANCO, Xavier. La ciencia como ficción. Historia y contexto. In: SALDAÑA, Juan José (Ed.). *El perfil de la ciencia en América*. México: Cuadernos de Quipu 1. Sociedad Latinoamericana de Historia de las ciencias y de la tecnología, 1986. p. 41-56.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro sobre as Ciências Sociais (entrevista)*. <https://youtu.be/V9pxUBeMzQo>

RODRIGUES, Henrique Estrada. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 165-186, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882009000100007>

TIMES HIGHER EDUCATION – World University Rankings.

www.timeshighereducation.com/world-university-rankings

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: Concepts for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, p. 387-415, 1974.

<https://www.jstor.org/stable/178015>

DARLAN PEZ WOCIECHOSKI

Doutor em Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; Professor substituto, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

AFRÂNIO MENDES CATANI

Doutor em Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; Professor Sênior, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; Professor visitante, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1 – Concepção e desenho da pesquisa; construção e processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; elaboração do texto final.

Autor 2 – Concepção e desenho da pesquisa; análise e interpretação dos dados; elaboração do texto final.

APOIO/FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os dados foram gerados/analísados no presente artigo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

WOCIECHOSKI, Darlan Pez; CATANI, Afrânio Mendes. O multitempo acadêmico. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e93860, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.93860>

O presente artigo foi revisado por Paulo Ailton Ferreira da Rosa Junior. Após ter sido diagramado, foi submetido para validação do(s) autor(es) antes da publicação.

Recebido: 23/12/2023

Aprovado: 02/09/2024

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

